

EDITORIAL

Assumir a direção da Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria é uma responsabilidade e um desafio.

Uma responsabilidade porque implica dar continuidade ao trabalho iniciado com a publicação do seu primeiro número em Dezembro de 1990 sob a orientação de António Coimbra de Matos, médico humanista, pedopsiquiatra, psicanalista, investigador clínico e grande divulgador de conhecimento nomeadamente nas áreas da psicopatologia, da intervenção psicoterapêutica, do desenvolvimento e da saúde mental e prosseguido com o mesmo empenho, rigor e entusiasmo pelos colegas e continuadores Maria Luís Borges de Castro e Pedro Pires.

Um desafio pela necessidade de desenvolver um trabalho de equipa mobilizador de todos os que pretendem contribuir para a divulgação científica em prol da saúde mental das crianças, das famílias e do envolvente social. Neste sentido apelamos em primeiro lugar, e pela proximidade, aos pedopsiquiatras mas igualmente a todos os que estudam, trabalham, investigam e/ou vivenciam as questões relativas à saúde mental infantil e juvenil a partilharem e divulgarem na Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria os resultados do seu trabalho clínico, de investigação, intervenção e translação. Precisamos de uma bolsa de revisores e apelamos à colaboração dos mais diferenciados na medida em que com os seus pareceres darão importante contributo à qualidade dos artigos publicados. Precisamos de um corpo redatorial empenhado e agradecemos a todos os colegas que aceitaram integrá-lo.

Um último e grande desafio, só possível com o empenhamento de todos nós, mas da responsabilidade dos órgãos redatoriais da Revista, da APPIA e da sua Direção, envolverá o processo de indexação da Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria. Definiu-se como primeira etapa a sua integração no Repositório Científico de Acesso Aberto em Portugal (RCAAP) o que teve já como consequência a

transformação da Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria em revista de acesso aberto.

Este número contém um conjunto de artigos na sua maioria da autoria de médicos pedopsiquiatras.

Dois artigos resultam de investigação clínica. O primeiro vai fazer a caracterização dos hábitos do sono numa população de crianças da consulta de uma Unidade de Primeira Infância através de um estudo transversal, observacional e descritivo. Os autores desenvolvem um questionário de caracterização dos hábitos de sono dirigido aos pais/cuidadores, que está em anexo. Verificam a existência de associação significativa entre as dificuldades de sono na primeira infância e a inexistência de rotinas, e ainda entre o dormir sozinho e a ausência de problemas de sono e avançam para uma leitura compreensiva e discussão dos resultados encontrados.

O outro artigo dá conta de uma possível associação entre a ocorrência de quisto da glândula pineal e diagnóstico de Perturbação do Espectro do Autismo quando avaliaram a ocorrência simultânea de achados na ressonância magnética cerebral e o diagnóstico de Perturbação do Espectro do Autismo em crianças da consulta de pedopsiquiatria a que fora pedida uma ressonância magnética cerebral.

Apresentamos ainda três artigos de revisão bibliográfica que resultam da preocupação e curiosidade dos autores estimulados pela praxis clínica.

No primeiro, as autoras, uma pedopsiquiatra e uma psicomotricista propõem-se rever a evidência dos efeitos da musicoterapia nas Perturbações do Espectro do Autismo. Ao fazer uma revisão sistemática da literatura, deparam-se com dificuldades para encontrar estudos com metodologia rigorosa. Os poucos que conseguiram selecionar apresentavam evidência limitada da eficácia da musicoterapia. Esta falta de evidência continua a impedir a recomendação da musicoterapia como intervenção não farmacológica em crianças e adolescentes com Perturbações do Espectro do Autismo.

No segundo, as autoras fazem uma revisão não sistemática da literatura relativa ao risco de separação dos irmãos nas situações de adopção, colocação familiar ou residencial. O móbil poderá ter sido a preocupação baseada na informação disponibilizada no Relatório de Caracterização do Acolhimento de Crianças e Jovens (2016) pelo Instituto de Segurança Social que refere um aumento do nº de crianças em acolhimento residencial em Portugal apesar das recomendações internacionais, contempladas na legislação portuguesa, para que seja privilegiado o acolhimento

familiar em detrimento do acolhimento residencial e a não separação dos irmãos, exceptuando os casos em que a colocação conjunta não corresponda ao superior interesse da criança. Globalmente os estudos disponíveis confirmam a importância da não separação dos irmãos como factor protector da saúde mental e bem estar destas crianças. Só os casos de relação negativa, problemática ou abusiva dentro da fratria beneficiariam com a separação.

O terceiro contém recomendações de boas práticas para o uso de antipsicóticos em idade pediátrica. O recurso a psicofármacos em idade pediátrica é um assunto polémico. Foi objecto de atenção de um grupo multidisciplinar constituído por iniciativa do Programa Nacional de Saúde Mental e do Programa de Saúde Infantil e Juvenil da Direção Geral de Saúde. O grupo produziu um conjunto de trabalhos, alguns já publicados no nº anterior da Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria. Globalmente, esperamos que possam contribuir para uma melhor compreensão e definição das fronteiras entre o bom uso e o abuso de psicofármacos em crianças.

Paula Pinto de Freitas

